

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

7 abr 2017 | O Globo

A implosão do modelo de segurança no Rio

O quadro atípico de grave crise fiscal e política requer a união de lideranças de vários setores, inclusive do estado, para evitar o colapso de serviços vitais

Os indicadores do agravamento da crise de segurança no estado são assustadores. No ano passado, casos de latrocínio (roubo seguido de morte) aumentaram 80%, enquanto em fevereiro houve 24,3% mais homicídios dolosos do que no mesmo mês de 2016. Mesmo que os homicídios ainda não tenham voltado ao patamar crítico da fase anterior às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), pré-2008, preocupam os sinais de desmantelamento da máquina de segurança, no vácuo de uma crise fiscal que atrasa salários e benefícios de servidores, incluindo a remuneração de policiais.

Tanto quanto isso, começam a reaparecer práticas condenáveis como a de incursões perigosas para todos, inclusive os PMs, em que se multiplicam trocas de tiros com armamento pesado, sem cuidados com a real segurança da população. No ano passado, as polícias fluminenses continuaram a ser as que mais matam e também morrem.

Aí está a volta do crescimento de vítimas de balas perdidas, entre as quais a menina Maria Eduarda, de 13 anos, atingida dentro da escola, em Acari, subúrbio carioca, por mais de uma bala, marca do descaso dos policiais na troca de tiros.

Volta-se a percorrer o caminho já conhecido do combate à selvageria com o uso da violência desmedida do Estado, para além da sensatez, de protocolos policiais e da própria lei.

A crise fiscal fluminense é particularmente severa, pelos erros cometidos nos governos Cabral e Pezão, na gestão de salários e benefícios de servidores, com despesas mantidas engessadas por lei, mas bancadas em grande parte pela receita flutuante dos royalties do óleo e gás.

Por pior que fosse a crise financeira, no entanto, não justificaria o abandono quase por inteiro do policiamento por aproximação. Não há recursos para consolidar e avançar com o projeto de UPPs, mas é grave erro permitir o desmantelamento total da política de controle de área pelo poder público, principalmente com ações da polícia em comunidades com trocas de tiros temerárias.

A polícia parece passar por uma fase de desaprendizado. Antes, não se conhecia na prática o funcionamento de UPPs. Depois, aplicou-se o programa, com êxito. Índices de violência desabaram. Roubos no Dona Marta, Zona Sul, onde se instalou a primeira unidade, caíram 39,5%, por exemplo. Na Cidade de Deus, reduziram-se 68,6%, e assim por diante. Devem ter ficado, mesmo que de forma pouca expressiva, uma cultura, uma experiência e um aprendizado.

Não ajuda qualquer setor do serviço público fluminense ter, além dos efeitos financeiros da crise, o ex-governador preso, Sérgio Cabral, e seu sucessor, Luiz Fernando Pezão, paralisado, sob cerco dos problemas e de denúncias. O mesmo começa a acontecer com a Alerj, que precisa votar medidas para que o estado receba ajuda da União.

Precisa haver a união entre líderes políticos e da sociedade com profissionais da máquina pública para que áreas vitais, como segurança, saúde e educação, não entrem em colapso.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)